

# Investimentos Bemge S.A.

CNPJ nº 01.548.981/0001-79 - Companhia Aberta

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

### ACEITOS

aceitos que preservam a independência do auditor. Esses princípios consistem em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

No período de janeiro a dezembro de 2011, não foram prestados pelos auditores independentes e partes a eles relacionadas, serviços não relacionados à auditoria externa em patamar superior a 5% do total dos honorários relativos aos serviços de auditoria externa.

### JUSTIFICATIVA DOS AUDITORES INDEPENDENTES - PRICEWATERHOUSECOOPERS

A prestação de outros serviços profissionais não relacionados à auditoria externa, não afetou a independência nem a objetividade na condução dos exames de auditoria externa efetuados a Investimentos Bemge S.A. e a controladora. A política de atuação com à Investimentos Bemge S.A. na prestação de serviços não relacionados à auditoria externa se substancia nos princípios que preservam a independência do Auditor Independente, todos observados na prestação dos referidos serviços.

São Paulo, 09 de março de 2012.

A Administração

	<b>NOTAS</b>	<b>01/01 a 31/12/2011</b>	<b>01/01 a 31/12/2010</b>
<b>RECEITAS OPERACIONAIS</b> .....		<b>15.008</b>	<b>11.782</b>
Receitas Financeiras .....	6c	15.008	11.782
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b> .....		<b>(498)</b>	<b>(368)</b>
Gerais e Administrativas .....		(439)	(348)
Outras Despesas Operacionais .....		(59)	(20)
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b> .....		<b>14.510</b>	<b>11.414</b>
<b>LUCRO LÍQUIDO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b> .....		<b>14.510</b>	<b>11.414</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b> .....	<b>3.1d e 8</b>	<b>(4.915)</b>	<b>(3.462)</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes ..		(4.824)	(3.427)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos ....		(91)	(35)
<b>LUCRO LÍQUIDO</b> .....		<b>9.595</b>	<b>7.952</b>
<b>Nº DE AÇÕES</b> .....	<b>9a</b>	<b>2.363.936</b>	<b>2.363.936</b>
<b>LUCRO POR AÇÃO - R\$</b> .....		<b>4,06</b>	<b>3,36</b>

	<b>01/01 a 31/12/2011</b>	<b>01/01 a 31/12/2010</b>
<b>LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO</b> .....	<b>9.686</b>	<b>7.987</b>
Lucro Líquido .....	9.595	7.952
Ajuste ao Lucro Líquido - Tributos Diferidos .....	91	35
<b>VARIAÇÃO DE ATIVOS E OBRIGAÇÕES</b> .....	<b>(9.527)</b>	<b>(7.966)</b>
(Aumento) Redução em Aplicações no Mercado Aberto ....	30.327	76.050
(Aumento) Redução em Ativos Financeiros Disponíveis para Venda e Mantidos para Negociação .....	(40.271)	(83.223)
(Aumento) Redução em Outros Ativos e Ativos Fiscais .....	290	(63)
(Redução) Aumento em Outros Passivos e Obrigações Fiscais .....	260	(730)
Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social .....	(133)	--
<b>CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE/(APLICADO) NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b> .....	<b>159</b>	<b>21</b>
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Pagos .....	(191)	--
<b>CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE/(APLICADO) NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b> .....	<b>(191)</b>	<b>--</b>
<b>AUMENTO/(REDUÇÃO) LÍQUIDO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA (Nota 3.1 a)</b> .....	<b>(32)</b>	<b>21</b>
Início do Período .....	45	24
Final do Período .....	13	45

	<b>01/01 a 31/12/2011</b>	<b>01/01 a 31/12/2010</b>
<b>RECEITAS</b> .....	<b>15.008</b>	<b>11.782</b>
Receitas Financeiras .....	15.008	11.782
<b>INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b> .....	<b>(472)</b>	<b>(352)</b>
Serviços de Terceiros .....	(439)	(348)
Outros .....	(33)	(4)
<b>VALOR ADICIONADO BRUTO</b> .....	<b>14.536</b>	<b>11.430</b>
<b>VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR</b> .....	<b>14.536</b>	<b>11.430</b>
<b>DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b> .....	<b>14.536</b>	<b>11.430</b>
Impostos, Taxas e Contribuições .....	4.941	3.478
Federais .....	4.926	3.462
Municipais .....	15	16
Remuneração de Capitais Próprios .....	9.595	7.952
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio .....	91	75
Lucros Retidos dos Períodos .....	9.504	7.877

### NOTA 4 - APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO

A carteira é composta por Aplicações no Mercado Aberto no montante de R\$ 5.618 (R\$ 35.945 em 31/12/2010) com vencimento acima de 365 dias.

### NOTA 5 - ATIVOS FINANCEIROS

**a) Mantidos para Negociação** - A carteira é composta por Cotas de Fundos Exclusivos de Curto Prazo que totalizam R\$ 124.280 depositados na CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos, sendo R\$ 124.040 Letras Financeiras e R\$ 240 Letras Financeiras do Tesouro.

**b) Disponíveis para Venda** - A carteira é composta por Títulos Privados - Certificados Depósito Bancário, sendo o valor de custo e mercado R\$ 25, com vencimento acima de 720 dias e R\$ 84.034 em 31/12/2010 com vencimento até 365 dias.

**c) Derivativos** - Em 31/12/2011 e 31/12/2010 não existiam posições em aberto no mercado de derivativos.

**d) Análise de Sensibilidade** - No Itaú Unibanco Holding S.A., os fatores de risco são controlados e geridos de forma consolidada. Desta forma, os instrumentos financeiros da INVESTIMENTOS BEMGE, subsidiária integral do Itaú Unibanco Holding S.A., são parte integrante da Carteira Trading e Banking do conglomerado econômico-financeiro, conforme definido pela Resolução nº 3.464/07 e na Circular nº 3.354/07 do BACEN e no Novo Acordo de Capitais - Basileia II. Por esta razão, não é apresentada uma análise de sensibilidade das posições individuais desta instituição.

### NOTA 6 - DETALHAMENTO DE CONTAS

Imposto de Renda a Compensar .....	8.961	9.488
Outros .....	397	285
<b>Total</b> .....	<b>9.358</b>	<b>9.773</b>

Depósitos em Garantia .....	4.320	4.193
Depósitos em Garantia de Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias (Nota 7b) .....	2.212	2.184
Depósitos em Garantia de Passivos Contingentes .....	522	507
Outros Depósitos em Garantia .....	1.586	1.502
Outros .....	202	204
<b>Total</b> .....	<b>4.522</b>	<b>4.397</b>

**c) Receitas Financeiras** - Referem-se basicamente a rendas de Ativos Financeiros.

### NOTA 7 - PROVISÕES

Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias .....	2.212	2.184
Impostos e contribuições sobre Lucros a Pagar .....	132	--
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos .....	68	--
<b>Total</b> .....	<b>2.412</b>	<b>2.184</b>

**b) As Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias** são constituídas pelo valor integral em discussão e respectivos depósitos em garantia conforme abaixo:

<b>Saldo Inicial</b> .....	<b>2.184</b>	<b>2.168</b>
Encargos sobre Tributos .....	28	16
<b>Saldo Final</b> .....	<b>2.212</b>	<b>2.184</b>
<b>Movimentação dos Depósitos em Garantia de Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias</b>	<b>31/12/2011</b>	<b>31/12/2010</b>
<b>Saldo Inicial</b> .....	<b>2.184</b>	<b>2.168</b>
Apropriação de Rendas .....	28	16
<b>Saldo Final</b> .....	<b>2.212</b>	<b>2.184</b>

### NOTA 8 - TRIBUTOS

**Composição das Despesas com Impostos e Contribuições**
Demonstramos a seguir o Imposto de Renda e Contribuição Social devidos sobre as operações do período.

	<b>01/01 a 31/12/2011</b>	<b>01/01 a 31/12/2010</b>
<b>Devidos sobre Operações do Período</b>		
<b>Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social</b> .....	<b>14.510</b>	<b>11.414</b>
Encargos (Imposto de Renda e Contribuição Social) às alíquotas vigentes (Nota 3.1d) .....	(4.933)	(3.881)
<b>Acréscimos/Decréscimos aos encargos de Imposto de Renda e Contribuição Social decorrentes de:</b>		
(Inclusões) Exclusões Permanentes .....	18	419
Dividendos e Incentivos Fiscais .....	65	37
Outras .....	(47)	382
<b>Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social ....</b>	<b>(4.915)</b>	<b>(3.462)</b>

### NOTA 9 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

**a) Capital Social** - Está representado por 2.363.936 ações escriturais sem valor nominal, sendo 792.124 ações ordinárias e 1.571.812 preferenciais.

**b) Dividendos** - Os acionistas têm direito a receber como dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, importância não inferior a 1% (hum por cento) do lucro líquido ajustado, conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações.

Em 31/12/2011 foi provisionado o montante de R\$ 91 à razão de R\$ 0,03616 por ação ordinária e R\$ 0,03977 por ação preferencial, equivalente ao dividendo mínimo, registrado em Outros Passivos.

	<b>31/12/2011</b>	<b>31/12/2010</b>
<b>Reservas de Capital</b> .....	<b>182</b>	<b>182</b>
<b>Reservas de Lucros</b> .....	<b>74.893</b>	<b>65.389</b>
Legal .....	9.725	9.245
Estatutárias .....	65.168	56.144
Equalização de Dividendos (1) .....	40.200	35.542
Reforço de Capital de Giro (2) .....	24.968	20.602
<b>TOTAL</b> .....	<b>75.075</b>	<b>65.571</b>

*(1) Reserva para Equalização de Dividendos - tem a finalidade de garantir recursos para o pagamento de dividendos, inclusive na forma de Juros sobre o Capital Próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas;*
*(2) Reserva para Reforço do Capital de Giro - objetiva garantir meios financeiros para a operação da sociedade.*

## INFORMAÇÕES GERAIS

### Senhores Acionistas:

Apresentamos as Demonstrações Contábeis da Investimentos Bemge S.A. (INVESTIMENTOS BEMGE) relativas aos períodos de 01/01 a 31/12 de 2011 e de 2010, as quais seguem os dispositivos estabelecidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

### RESULTADO, PATRIMÔNIO LÍQUIDO E ATIVOS

A Investimentos Bemge S.A. apresentou ao final do período lucro líquido de R\$ 9.595 mil e patrimônio líquido de R\$ 142.075 mil. O lucro líquido por ação foi de R\$ 4,06, enquanto o valor patrimonial por ação atingiu R\$ 60,10. Os ativos totais atingiram R\$ 144.635 mil e estão compostos substancialmente por Aplicações no Mercado Aberto e em Títulos e Valores Mobiliários.

### Auditoria Independente - Instrução nº 381, de 14/01/2003, da CVM

#### Procedimentos Adotados pela Sociedade

A política de atuação da Investimentos Bemge S.A. e da controladora, na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa dos nossos auditores independentes, se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios internacionalmente

<b>ATIVO</b>	<b>NOTAS</b>	<b>31/12/2011</b>	<b>31/12/2010</b>	<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>NOTAS</b>	<b>31/12/2011</b>	<b>31/12/2010</b>
<b>Circulante</b> .....		<b>133.853</b>	<b>95.999</b>	<b>Circulante</b> .....		<b>148</b>	<b>281</b>
Disponibilidades .....	3.1a	13	45	Outros Passivos .....		148	281
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação .....	3.1c I e 5a	<b>124.280</b>	--	<b>Não Circulante</b>		<b>2.412</b>	<b>2.184</b>
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda .....	3.1c II e 5b	--	<b>84.034</b>	Obrigações Fiscais .....	3.1d e 7	2.412	2.184
Outros Ativos .....	3.1c III e 6b	<b>202</b>	<b>1.625</b>	<b>Total do Passivo</b> .....		<b>2.560</b>	<b>2.465</b>
Ativos Fiscais .....		<b>9.358</b>	<b>10.295</b>	Capital Social .....		67.000	67.000
Impostos a Compensar .....	6a	9.358	9.773	Reservas Integralizadas .....		75.075	65.571
Créditos Tributários .....		--	522	<b>Total do Patrimônio Líquido</b> .....	<b>9</b>	<b>142.075</b>	<b>132.571</b>
<b>Não Circulante</b> .....		<b>10.782</b>	<b>39.037</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b> ..		<b>144.635</b>	<b>135.036</b>
Aplicações no Mercado Aberto .....	3.1b e 4	5.618	35.945				
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda .....	3.1c II e 5b	25	--				
Outros Ativos .....	3.1c III, 6b	4.320	2.772				
Ativos Fiscais - Créditos Tributários .....		819	320				
<b>TOTAL DO ATIVO</b> .....		<b>144.635</b>	<b>135.036</b>				

	<b>Capital Social</b>	<b>Reservas Integralizadas</b>	<b>Lucros Acumulados</b>	<b>Total</b>
<b>SALDOS EM 01/01/2010</b> .....	<b>62.000</b>	<b>62.694</b>	--	<b>124.694</b>
Aumento de Capital por Reserva - AGO/E de 29/04/2010 .....	5.000	(5.000)	--	--
Lucro Líquido .....	--	--	7.952	7.952
Destinações:				
Reserva Legal .....	--	398	(398)	--
Reservas Estatutárias .....	--	7.479	(7.479)	--
Dividendos Provisionados .....	--	--	(75)	(75)
<b>SALDOS EM 31/12/2010</b> .....	<b>67.000</b>	<b>65.571</b>	--	<b>132.571</b>
<b>MUTAÇÕES DO PERÍODO</b> .....	<b>5.000</b>	<b>2.877</b>	--	<b>7.877</b>
<b>SALDOS EM 01/01/2011</b> .....	<b>67.000</b>	<b>65.571</b>	--	<b>132.571</b>
Lucro Líquido .....	--	--	9.595	9.595
Destinações:				
Reserva Legal .....	--	480	(480)	--
Reservas Estatutárias .....	--	9.024	(9.024)	--
Dividendos Provisionados .....	--	--	(91)	(91)
<b>SALDOS EM 31/12/2011</b> .....	<b>67.000</b>	<b>75.075</b>	--	<b>142.075</b>
<b>MUTAÇÕES DO PERÍODO</b> .....	--	<b>9.504</b>	--	<b>9.504</b>

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010 (Em Milhares de Reais)

#### NOTA 1 - INFORMAÇÕES GERAIS

A Investimentos Bemge S.A. - (“INVESTIMENTOS BEMGE”) é uma sociedade anônima de capital aberto, constituída e existente segundo as leis brasileiras e está localizada na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha nº 100 - Torre Conceição - 7º andar - Parque Jabaquara, na cidade de São Paulo, Brasil.

A INVESTIMENTOS BEMGE tem por objeto apoiar as empresas de cujo capital participar, através de estudos, análises e sugestões sobre a política operacional e os projetos de expansão das aludidas empresas, mobilizando recursos para o atendimento das respectivas necessidades adicionais de capital de risco mediante subscrição ou aquisição de valores mobiliários que emitirem, objetivando o fortalecimento da respectiva posição no mercado de capitais, e atividades correlatas ou subsidiárias de interesse das mencionadas sociedades, excetuadas as privativas de instituições financeiras.

As Demonstrações Contábeis elaboradas para os períodos findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 foram aprovadas pela Diretoria em 09 de março de 2012.

#### NOTA 2 - POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão descritas abaixo.

#### 2.1 - BASES DE PREPARAÇÃO

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis).

Todas as referências aos Pronunciamentos do CPC devem ser entendidas também como referências aos correspondentes Pronunciamentos do IFRSs e vice-versa.

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo da aplicação das políticas contábeis da INVESTIMENTOS BEMGE.

#### 2.2 - MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da INVESTIMENTOS BEMGE e, também, a sua moeda de apresentação.

#### 2.3 - ESTIMATIVAS CONTÁBEIS CRÍTICAS E JULGAMENTOS

Todas as estimativas e as premissas utilizadas pela Administração estão em conformidade com os CPCs e são as melhores estimativas atuais realizadas em conformidade com a norma aplicável. As estimativas e julgamentos são avaliados em base contínua, e consideram a experiência passada e outros fatores. As estimativas contábeis e premissas críticas que apresentam impacto mais significativo nos valores contábeis de ativos e passivos, estão descritas abaixo:
**a) Imposto de Renda e contribuição social diferido**
Conforme explicado na Nota 3.1(d), ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente em relação as diferenças temporárias e créditos e prejuízos fiscais a compensar na medida em que se considera provável que a INVESTIMENTOS BEMGE irá gerar lucro tributável futuro em relação aos quais os ativos fiscais diferidos possam ser utilizados. A realização esperada do crédito tributário da INVESTIMENTOS BEMGE é baseada na projeção de receitas futuras e outros estudos técnicos.

#### b) Passivos contingentes

A INVESTIMENTOS BEMGE revisa periodicamente suas contingências. Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração o parecer de assessores legais quando houver probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com razoável segurança.

Para as contingências classificadas como “Prováveis”, são constituídas provisões reconhecidas no Balanço Patrimonial na rubrica Outros Passivos. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos e valores.

#### c) Mensuração do valor recuperável

A INVESTIMENTOS BEMGE possui como prática a verificação semestral quanto à existência de evidências objetivas de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros. Esta mensuração pode envolver critérios subjetivos de avaliação, tais como análise de obsolescência técnica e operacional ou a expectativa de substituição do ativo por outro que gere benefícios econômicos futuros superiores ao anterior.

### NOTA 3 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

#### 3.1 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

##### a) CAIXA E EQUIVALENTES A CAIXA

A INVESTIMENTOS BEMGE define como caixa e equivalentes a caixa, as disponibilidades que compreendem o caixa e contas correntes em bancos, considerados no balanço patrimonial na rubrica de Disponibilidades.

##### b) APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO (OPERAÇÕES COMPROMISSADAS)

A INVESTIMENTOS BEMGE possui operações de compra com compromisso de revenda (“operações compromissadas”) de ativos financeiros.

Os montantes aplicados em operações com compromisso de revenda são registrados inicialmente no balanço patrimonial pelos seus valores adiantados e subsequentemente registrados ao custo amortizado. A diferença entre o preço de venda e recompra é tratada como juros e é reconhecida durante o prazo do acordo usando o método dos juros efetivos. Os juros auferidos em operações com compromisso de revenda são lançados em Receitas Financeiras na Demonstração do Resultado.

Os ativos financeiros aceitos como garantias em nossos compromissos de revenda podem ser usados, quando permitido pelos



# Investimentos Bemge S.A.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010** (Em Milhares de Reais) (Continuação)

**NOTA 10 - PARTES RELACIONADAS**

**a)** As operações realizadas entre partes relacionadas, são divulgadas em atendimento à Deliberação nº 642, de 07/10/2010, da CVM. Essas operações são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade.

	<b>Ativos</b>		<b>Receitas/(Despesas)</b>	
	<b>31/12/2011</b>	<b>31/12/2010</b>	<b>01/01 a 31/12/2011</b>	<b>01/01 a 31/12/2010</b>
Aplicações no Mercado Aberto - Itaú Unibanco S.A.(1).....	5.618	35.945	851	10.927
Títulos e Valores Mobiliários - Itaú Unibanco S.A.(2) .....	25	84.034	11.798	34
Despesas de Prestação de Serviços - Itaú Unibanco S.A. ....	--	--	(176)	152

*(1) A Carteira é composta por Aplicações no Mercado Aberto - Posição Bancada, com vencimento acima de 365 dias.*

*(2) A Carteira é composta por Títulos e Valores Mobiliários - Carteira Própria, com vencimento acima de 365 dias.*

Além das operações acima discriminadas, a INVESTIMENTOS BEMGE, como parte integrante do Convênio de Rateio de Custos Comuns do Conglomerado Itaú Unibanco, registrou em Despesas Gerais e Administrativas R\$ 9 (R\$ 16 de 01/01 a 31/12/2010) em função da utilização da estrutura comum.

**b) Remuneração do Pessoal-Chave da Administração** - Os honorários atribuídos aos Administradores da INVESTIMENTOS BEMGE foram pagos pelo controlador Itaú Unibanco Holding S.A.

**NOTA 11 - VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS**

Nos casos em que não estão disponíveis preços cotados em mercado, os valores justos são baseados em estimativas, com a utilização de fluxos de caixa descontados ou outras técnicas de avaliação. Essas técnicas são afetadas de forma significativa pelas premissas utilizadas, inclusive a taxa de desconto e a estimativa dos fluxos de caixa futuros. O valor justo estimado obtido por meio dessas técnicas não pode ser substanciado por comparação com mercados independentes e, em muitos casos, não pode ser realizado na liquidação imediata do instrumento.

A tabela a seguir resume o valor contábil e o valor justo estimado dos instrumentos financeiros:

	<b>31/12/2011</b>	<b>31/12/2010</b>	
	<b>Valor Contábil/ Valor Justo Estimado</b>	<b>Valor Contábil/ Valor Justo Estimado</b>	<b>Níveis de Risco</b>

<b>Ativos Financeiros</b>			
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação .....	124.280	--	Nível 2
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda .....	25	84.034	Nível 2

Os métodos e premissas utilizados para a estimativa do valor justo estão definidos abaixo:

**a) Disponibilidades, Aplicações no Mercado Aberto e Outros Ativos Financeiros** - O valor contábil apresentado para esses instrumentos no balanço patrimonial se aproxima de seu valor justo.

**b) Ativos Financeiros Mantidos para Negociação e Ativos Financeiros Disponíveis para Venda** - Sob condições normais, os preços cotados de mercado são os melhores indicadores dos valores justos dos instrumentos financeiros. Entretanto, nem todos os instrumentos possuem liquidez ou cotações e, nesses casos, faz-se necessário a adoção das estimativas de valor presente e outras técnicas para definição de preço. Os valores justos dos títulos públicos são apurados com base nas taxas de juros fornecidas por terceiros no mercado e validados comparando-se com as informações fornecidas pela ANBIMA. Os valores justos de títulos de dívida de empresas são calculados adotando-se critérios semelhantes aos das aplicações em depósitos interfinanceiros, conforme descrito acima.

A entidade deve classificar as mensurações de valor justo usando uma hierarquia de valor justo que reflita a significância dos *inputs* usados no processo de mensuração.

**Nível 1:** As informações observáveis que refletem os preços cotados (não ajustados) para ativos ou passivos idênticos em mercados ativos. Um mercado ativo é aquele no qual as transações para o ativo ou passivo que está sendo mensurado geralmente ocorre com a frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação continuamente.

**Nível 2:** As informações que não os preços cotados incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo direta ou indiretamente. O Nível 2 inclui geralmente: (i) preços cotados para ativos ou passivos semelhantes em mercados ativos; (ii) preços cotados para ativos ou passivos idênticos ou semelhantes em mercados que não são ativos, isto é, mercados nos quais há poucas transações para o ativo ou passivo, os preços não são correntes, ou as cotações de preço variam substancialmente ao longo do tempo ou entre os especialistas no mercado de balcão (*market makers*), ou nos quais poucas informações são divulgadas publicamente; (iii) as informações que não os preços cotados que são observáveis para o ativo ou passivo (por exemplo, taxas de juros e curvas de rentabilidade observáveis em intervalos cotados regularmente, volatilidades, etc.); (iv) as informações que são derivadas principalmente de ou corroboradas por dados do mercado observáveis através de correlação ou por outros meios.

**Nível 3:** as informações não são observáveis para o ativo ou passivo. As informações não observáveis devem ser usadas para mensurar o valor justo na proporção em que as informações observáveis não estão disponíveis, permitindo, dessa forma, que as

situações nas quais há pouca, se houver, atividade de mercado para o ativo ou passivo na data de mensuração.

**NOTA 12 - GERENCIAMENTO DE RISCO**

A identificação de riscos tem como objetivo mapear os eventos de risco de natureza interna e externa que possam afetar as estratégias das unidades de negócio e de suporte e o cumprimento de seus objetivos, com possibilidade de impactos nos resultados, no capital e na liquidez.

A gestão de risco é considerada como instrumento essencial para a otimização do uso de recursos e a seleção das melhores oportunidades de negócios, visando a obter a melhor relação Risco x Retorno.

O gerenciamento de risco é o processo onde:

- São identificados e medidos os riscos existentes e potenciais das operações;
- São aprovados políticas, procedimentos e metodologias de gestão e controle de riscos;
- A carteira de risco é administrada vis-à-vis as melhores relações risco-retorno. Este processo permeia toda a instituição, com total envolvimento da alta administração, que por meio de comissões, define os objetivos globais que são mensurados sob a forma de metas e limites para as unidades de negócio gestoras de risco. As unidades de controle, por sua vez, apóiam a administração através dos processos de monitoramento e análise de risco.

A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos está de acordo com as recomendações do Comitê da Basileia. A estrutura de controle dos riscos de Mercado, Crédito, Liquidez, Operacional e de Subscrição é centralizada no Itaú Unibanco visando a assegurar que os riscos do conglomerado estão sendo administrados de acordo com as políticas e os procedimentos estabelecidos. O objetivo do controle centralizado é prover à alta administração uma visão global das exposições do conglomerado aos riscos, de forma a otimizar e agilizar as decisões corporativas.

Cumpre a essa estrutura acompanhar as demandas regulatórias feitas à instituição líder do conglomerado. Maiores detalhes sobre o gerenciamento de riscos podem ser consultados no site de www.itaú-unibanco.com.br/ri, na seção Governança Corporativa/Gerenciamento de Riscos - Circular 3.477.

**I - Risco de Mercado**

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas, incluindo os riscos das operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

A gestão de riscos de mercado é o processo pelo qual a instituição planeja, monitora e controla os riscos de variações nas cotações de mercado dos instrumentos financeiros, objetivando a otimização da relação risco-retorno, valendo-se de estrutura de limites, modelos e ferramentas de gestão adequados.

O controle de risco de mercado realizado abrange todos os instrumentos financeiros constantes nas carteiras das empresas. Neste sentido, a política de gerenciamento de Risco de Mercado encontra-se em linha com os princípios da Resolução nº 3.464 de 26 de junho de 2007 do Conselho Monetário Nacional (CMN), constituindo-se um conjunto de princípios que norteiam a estratégia da instituição no controle e gerenciamento de risco de mercado de todas as unidades de negócio e veículos legais do conglomerado. O controle de risco de mercado é realizado por área independente das áreas de negócios, responsável por executar as atividades diárias de mensuração, avaliação e reporte de risco por meio das unidades de controle estabelecidas nos veículos legais. Além disso, também realiza monitoramento, avaliação e reporte consolidado das informações de risco de mercado, visando fornecer subsídios para acompanhamento das comissões superiores e atendimento aos órgãos reguladores no Brasil e no exterior. O processo de gestão e controle de risco de mercado é submetido a revisões periódicas, com objetivo de manter-se alinhado às melhores práticas de mercado.

O processo de gerenciamento de risco começa com a determinação dos limites, que são aprovados pela Comissão Superior de Tesouraria Institucional (CSTI). Os limites de risco de mercado estão estruturados de acordo com as diretrizes dadas pela Comissão Superior de Riscos (CSRisc), avaliando-se os resultados projetados do balanço, o tamanho do patrimônio e o perfil de risco de cada veículo, sendo definidos em termos das medidas de risco utilizadas na gestão.

Além do reporte do consumo dos limites estabelecidos, também são reportados a estas comissões as demais medidas de controle de risco de mercado.

O Itaú Unibanco utiliza limites de riscos caracterizados como limites superiores ou limites internos. Os limites superiores são definidos pela CSRisc e CSTI e são monitorados pela área de controle de risco de mercado e reportados às comissões superiores. Os limites internos são definidos pelas comissões das unidades de controle e monitorados pelas respectivas áreas de controle de risco locais; entretanto, estão sujeitos ao cumprimento de limites superiores. Ambos os limites são monitorados diariamente.

As análises do risco de mercado são realizadas com base nas seguintes métricas:

- Valor em Risco Estatístico (VaR - Value at Risk): medida estatística que quantifica a perda econômica potencial máxima esperada em condições normais de mercado, considerando horizonte de tempo e intervalo de confiança definidos;
- Perdas em Cenários de Estresse (Teste de Estresse): técnica de simulação para avaliação do comportamento dos ativos e passivos do portfólio quando diversos fatores de risco são levados a situações extremas de mercado (baseadas em cenários prospectivos);
- Alerta de Stop Loss: Perdas efetivas somadas ao prejuízo máximo potencial em cenários otimistas e pessimistas;
- Resultado a Realizar (RaR): avaliação da diferença entre valor com os juros apropriados e valor de mercado, em cenário normal e em cenários estressados, refletindo assimetrias contábeis. É a medida de risco utilizada para avaliar gerencialmente o risco da carteira de não-negociação (banking).

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

**Aos Administradores e Acionistas**  
**Investimentos Bemge S.A.**

Examinamos as demonstrações contábeis da Investimentos Bemge S.A. (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e as demais notas explicativas.

**Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras**

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

**Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para

Adicionalmente às medidas de risco acima, são analisadas medidas de sensibilidade e de controle de perdas. Entre elas, inclui-se:

- Análise de Descasamentos (gaps): exposição acumulada, por fator de risco, dos fluxos de caixa, expressos a valor de mercado, alocados nas datas de vencimento;
- Sensibilidade (DV01): impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa, quando submetidos a um aumento de 1 ponto-base a.a. nas taxas de juros atuais; e
- Perda Máxima (Stop Loss): prejuízo máximo que um portfólio classificado na carteira de negociação pode atingir.

**II - Risco de Crédito**

O risco de crédito é a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação. Em linha com os princípios da Resolução nº 3.721 de 30 de abril de 2009 do CMN, o Itaú Unibanco possui uma estrutura e uma política de gerenciamento do risco de crédito, aprovada pelo seu Conselho de Administração, aplicável às empresas e subsidiárias no Brasil e exterior.

O documento que expressa as diretrizes estabelecidas pela política interna de controle de risco de crédito pode ser visualizado no site www.itaú-unibanco.com.br/ri, na seção Governança Corporativa, Regulamentos e Políticas, Relatório de Acesso Público - Risco de Crédito.

A gestão do risco de crédito objetiva maximizar a relação entre o risco e o retorno de seus ativos, mantendo-se a qualidade da carteira de crédito em patamares adequados aos segmentos de mercado em que esteja atuando. A estratégia é voltada para a criação de valor para seus acionistas em níveis superiores a um valor mínimo de retorno ajustado ao risco de cada negócio.

Para proteger a instituição contra perdas decorrentes de operações de crédito, considera-se todos os aspectos determinantes do risco de crédito do cliente para definir o nível de provisões adequado ao risco incorrido em cada operação. Observa-se, para cada operação, a avaliação e classificação do cliente ou grupo econômico, a classificação da operação e a eventual existência de valores em atraso.

**III - Risco Operacional**

O risco operacional consiste na possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Inclui o risco legal, associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição. Exclui-se desta definição o risco estratégico e o de reputação.

A crescente sofisticação do ambiente e dos negócios e a evolução da tecnologia tornam mais complexos os perfis de risco das organizações, delineando com mais nitidez esta classe de risco, cujo gerenciamento, apesar de não ser prática nova, requer agora uma estrutura específica, distinta das tradicionalmente aplicadas aos riscos de crédito e de mercado.

Em linha com os princípios da Resolução nº 3.380 de 29 de junho de 2006 do CMN, o Itaú Unibanco definiu uma política de gerenciamento do risco operacional, aprovada pelo seu Conselho de Administração, e aplicável às empresas e subsidiárias no Brasil e exterior.

A política constitui um conjunto de princípios, procedimentos e instrumentos que proporcionam uma permanente adequação do gerenciamento à natureza e complexidade dos produtos, serviços, atividades, processos e sistemas.

A estrutura formalizada na política prevê os procedimentos para identificação, avaliação, monitoramento, controle, mitigação e comunicações relacionadas ao risco operacional, e os papéis e responsabilidades dos órgãos que participam dessa estrutura. Uma versão resumida da política pode ser acessada no site www.itaú-unibanco.com.br/ri, na seção Governança Corporativa, Regulamentos e Políticas, Relatório de Acesso Público - Risco Operacional.

**IV - Risco de Liquidez**

O risco de liquidez é definido como a ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis - descasamentos entre pagamentos e recebimentos - que possam afetar a capacidade de pagamento da instituição, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O gerenciamento do risco de liquidez busca utilizar as melhores práticas de maneira a evitar escassez de caixa e dificuldades em honrar os vencimentos a pagar.

O Itaú Unibanco possui estrutura dedicada ao monitoramento, controle e análise do risco de liquidez, utilizando-se de modelos de projeções das variáveis que afetam o fluxo de caixa e o nível de reserva em moeda nacional ou estrangeira.

Além disso, a instituição estabelece diretrizes e limites cujo cumprimento é analisado periodicamente em comitês técnicos e que visam a garantir uma margem de segurança adicional às necessidades mínimas projetadas, bem como a estratégia e os planos de contingência para situações de crise. As políticas de gestão de liquidez e os limites associados são estabelecidos com base em cenários prospectivos revistos periodicamente e nas definições da alta administração.

**V - Risco de Subscrição**

O risco de subscrição é o risco oriundo de uma situação econômica adversa que contraria tanto as expectativas da sociedade seguradora no momento da elaboração de sua política de subscrição quanto às incertezas existentes na estimação das provisões. O controle centralizado do risco de subscrição é realizado pela área de controle de riscos segregada das unidades de negócios e da auditoria interna. É responsabilidade desta área, desenvolver modelos internos de mensuração de risco de subscrição, bem como gerar condições para validação e controle desses modelos.

planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Opinião**

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Investimentos Bemge S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

**Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado**

Examinamos também a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

São Paulo, 9 de março de 2012.

 PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes  
CRC 2SP000160/O-5

Paulo Sergio Miron  
Contador CRC 1SP173647/O-5

# INVESTIMENTOS BEMGE S.A.

CNPJ 01.548.981/0001-79

Companhia Aberta

NIRE 35300315472

## ATA SUMÁRIA DA REUNIÃO DA DIRETORIA DE 12 DE MARÇO DE 2012

**DATA, HORA E LOCAL:** Em 12.3.2012, às 14h, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Conceição, 7º andar, em São Paulo (SP).

**PRESIDENTE:** Sérgio Ribeiro da Costa Werlang.

**QUORUM:** A totalidade dos membros eleitos.

### **DELIBERAÇÃO TOMADA POR UNANIMIDADE:**

Após analisar e discutir as demonstrações contábeis de 2011, bem como o relatório da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes sobre as demonstrações contábeis, a Diretoria deliberou, em observância às disposições dos Incisos V e VI do Artigo 25 da Instrução nº 480/09, da Comissão de Valores Mobiliários, declarar que:

- a) reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes; e
- b) reviu, discutiu e concorda com as demonstrações contábeis relativas ao exercício encerrado em 31.12.2011.

**ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar e ninguém desejando manifestar-se, encerraram-se os trabalhos, lavrando-se esta ata que, lida e aprovada, foi por todos assinada. São Paulo (SP), 12 de março de 2012. (aa) Sérgio Ribeiro da Costa Werlang – Diretor Presidente; Caio Ibrahim David e Marco Antonio Antunes – Diretores Vice-Presidentes; e Ottavio Aldo Ronco – Diretor.

*CAIO IBRAHIM DAVID*  
*Diretor de Relações com Investidores*